

Prevalece política de Dornelles

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, recusou o papel de grande vencedor da reunião de ontem com os empresários, já que o presidente José Sarney assegurou a continuidade da política monetária rígida. Dornelles disse que houve apenas "um certo consenso" de que as taxas de juros só vão baixar mesmo com a gradual eliminação do déficit público.

"Todos desejam taxas de juros baixas, isso é fundamental para retomarmos o crescimento econômico. O Ministério da Fazenda, o Banco Central, a sociedade, todos querem que os juros baixem, mas o que tem de ser examinado é que é perigoso utilizar o *open* artificialmente, porque aí precisaremos emitir mais moeda e posteriormente voltaremos a aumentar as taxas de juros", assinalou.

Sallentou Dornelles que uma redução definitiva e sustentada das taxas de juros, portanto, só se dará na medida em que o déficit público for eliminado.

Ainda sobre a reunião, Dornelles disse que "os ministros mais ouviram do que falaram". Gostou de todos os pontos de vista levantados pelos empresários e afirmou que espera novos encontros no futuro.

FMI

A missão do Fundo Monetário In-

ternacional embarcou, ontem, para Washington, levando em sua bagagem o compromisso do governo brasileiro de reduzir o déficit público em Cr\$ 45 trilhões ainda este ano, por meio de cortes de Cr\$ 35 trilhões de despesas e os restantes Cr\$ 10 trilhões por esforço fiscal, informou Dornelles no Ministério da Fazenda, após a reunião. Acrescentou que o restante do déficit será financiado pela emissão de moeda e colocação de títulos da dívida pública.

Dornelles informou que nos próximos 15 dias os técnicos do Fundo Monetário Internacional analisarão os dados recolhidos em mais de duas semanas de negociações, enquanto o governo brasileiro decidirá, politicamente, os cortes a serem realizados em suas despesas. No final desse período, segundo o ministro, o FMI enviará nova missão ao Brasil.

O ministro da Fazenda não revelou outros números, como a proposta que o Fundo Monetário teria feito ao Brasil em termos de meta de inflação para este ano ou expansão da base monetária. Dornelles disse apenas que a expansão da base monetária estaria próxima do número revelado em seu depoimento na Câmara dos Deputados, no mês passado, isto é, em torno de 150%. "Mas a inflação não é uma meta a ser definida pelo Fundo", afirmou o ministro, negando que o FMI teria exigido índice de 120% para este ano.

Dentro dos próximos 15 dias, segundo Dornelles, o presidente José Sarney definirá quais os setores do governo que terão suas despesas cortadas. O ministro da Fazenda garantiu, mais uma vez, que esses cortes serão seletivos e não lineares, e serão adotados com o objetivo de não provocar recessão. "O presidente Sarney deixou claro que o acordo com o FMI não poderá colocar o País no caminho da recessão. Vamos ajustar nossa economia com o objetivo de crescimento real ainda este ano", garantiu Dornelles.

Sobre o esforço fiscal que o País terá de efetuar para reduzir os Cr\$ 10 trilhões do déficit público deste ano — que segundo Dornelles continua em Cr\$ 85 trilhões —, o ministro afastou qualquer possibilidade do aumento da carga tributária para este ano.

Afastada a possibilidade de elevação de impostos em 1985, Dornelles explicou que o governo continuará desenvolvendo seus esforços na área fiscal, trabalhando para antecipar ao máximo o recolhimento de impostos, taxas e contribuições federais, uma política já em curso desde o começo do novo governo. Mesmo questionado pelos repórteres que apenas a antecipação de recolhimento de impostos não será suficiente para gerar uma receita adicional de Cr\$ 10 trilhões este ano, Dornelles enfatizou que não haverá elevação de impostos.